Adoção internacional e o tráfico internacional de crianças e adolescentes

Internacional adoption and the international trafficking of children and adolescents

Heloísa Queiroz Anschau do Amaral¹

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo a análise do instituto da adoção internacional e do tráfico internacional de crianças e adolescentes com o intuito de adoção ilegal. Sob a luz da doutrina da proteção integral e do princípio do melhor interesse, o estudo abordará os princípios básicos da adoção, formalidades e procedimentos da adoção internacional, bem como as medidas legais adotadas para combater o tráfico.

Palavras-chave: adoção internacional, tráfico internacional, criança e adolescente.

Abstract

The present work aims to analyze the institute of international adoption and the international trafficking of children and adolescents with the intention of illegal adoption. In light of the doctrine of integral protection and the principle of best interest, the study will address the basic principles of adoption, formalities and procedures for intercountry adoption, as well as the legal measures adopted to combat trafficking.

Keywords: *international adoption, international trafficking, children and adolescents.*

¹ Graduanda em Direito pela Unisociesc. E-mail: heloisaamaral79@hotmail.com
Orientadora: Ana Carolina Soares Duarte

1. Introdução

A adoção passou por diversas transformações estruturais e funcionais ao longo dos anos, sendo hoje considerada um avanço em termos de proteção da criança e do adolescente. No início, as legislações tratavam as crianças e os adolescentes de forma desigual, pois os colocavam num patamar inferior dentro da nova família, não havendo também qualquer domínio da garantia de direitos desse adotado. Foi somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que o processo se tornou mais amplo e justo, determinando as crianças e aos adolescentes todos os direitos essenciais para a sua formação e desenvolvimento.

Embora em menor número, as crianças e os adolescentes possuem também o mecanismo da adoção internacional, caracterizada quando a pessoa ou casal pretendente é residente habitual em país signatário da Convenção de Haia, relativa à proteção das crianças e à cooperação em matéria de adoção internacional. Sendo um tema complicado e cheio de preconceitos, o procedimento precisou se revestir de várias regras e princípios para impedir as corrupções e os tráficos que violam o preceito da adoção internacional.

Diante disso, o presente artigo objetiva destacar a adoção, especialmente em sua modalidade internacional, sob a luz da doutrina da proteção integral e do princípio do melhor interesse, contrapondo-se com o tráfico internacional de crianças e adolescentes, e apresentando as medidas legais adotadas para combater essa prática ilícita.

Para isso, primeiramente será analisado a doutrina da proteção integral que, introduzida pela Constituição Federal, orientou os direitos de proteção da criança e do adolescente no ordenamento jurídico brasileiro. Além disso, serão apresentados os princípios básicos que conduzem o instituto da adoção nacional, sendo estes fundamentais para a segurança dos procedimentos e definição das condutas.

Em seguida, o conteúdo da adoção internacional será amplamente explicado, apresentando os conceitos pertinentes e identificando os trâmites necessários que uma pessoa ou casal residente no exterior deve seguir para conseguir adotar uma criança no Brasil. Ainda nesse momento, o Sistema Nacional de Adoção será objeto de análise, principalmente em relação ao número de pretendentes e crianças disponíveis a adoção.

Por fim, o último capítulo do presente artigo abordará o tráfico internacional de crianças e adolescentes, especificando a sua relação com a adoção internacional, as formas

de exploração e as medidas de combate que engloba leis internas e dispositivos internacionais.

2. Adoção

A família, base da sociedade, funciona como um primeiro plano para o desenvolvimento da criança. É no convívio familiar que surgirão os primeiros estímulos responsáveis pela formação social, psicológica e moral da criança. Entretanto, nem sempre é possível o seu amparo na família biológica, razão pela qual surgiram as modalidades de família substituta, quais sejam: a guarda, a tutela e a adoção. É por meio destes institutos que a criança e o adolescente poderão ingressar um novo ambiente familiar e desenvolver os vínculos afetivos que lhes foram negados.

Adoção, segundo os ensinamentos do jurista Caio Mário da Silva Pereira é *“o ato jurídico pelo qual uma pessoa recebe outra como filho, independentemente de existir entre eles qualquer relação de parentesco consanguíneo ou de afinidade”*.² É um instituto jurídico de caráter social e humanitário que possui como finalidade garantir as crianças e aos adolescentes um amparo familiar constituído por afeto, amor e carinho. Inclusive, os filhos adotivos possuem os mesmos direitos e deveres que os filhos consanguíneos, portanto devem ser tratados de forma igualitária por todos.

No passado, o instituto era visto como um meio de conceder prole àqueles que não podiam ter filhos, atendendo somente os desejos pessoais dos adotantes. Contudo, a adoção foi se modificando com o passar dos anos, sendo hoje, uma modalidade de composição do vínculo de filiação que visa, acima de tudo, proteger as crianças e os adolescentes em situação de desamparo e garantir a primazia do melhor interesse.³

Assim, seguindo essa concepção sobre o instituto, Andréa Rodrigues Amin et al, dispõe o seguinte:

Quando se fala em adoção pensa-se sempre naquelas pessoas que, em busca de um filho, escolhem uma criança que preenche suas expectativas e a levam para casa, complementando, assim, a família. Na maioria dos casos, dá-se o contrário, pois a escolha não é realizada pelos adultos, mas pela

² PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: direito de família. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 268.

³ SILVA, Regina; MONTEIRO, Washington. Curso de direito civil, 2: direito de família. 43. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 518.

criança/adolescente. É este quem escolhe a família, em um processo em que não entra nenhum outro ingrediente que não seja o amor e a vontade de ser feliz.⁴

Da forma como está estabelecida a adoção hoje, pode-se dizer que esta é um ato de vontade, pois constitui-se por meio de um parentesco eletivo. Nesta via de mão dupla, tem-se o adotado em busca de proteção, afeto, amparo social, e o adotante que se dedica a responsabilidade de criar e educar o filho, de ampará-lo em suas necessidades, e de auxiliá-lo em seu desenvolvimento. Os dois precisarão adotar-se um ao outro, é assim que funciona, e é assim que se assentará a nova família.

Vale destacar que a adoção é medida excepcional e irrevogável, devendo ser aplicada apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural.⁵ Nesse sentido, a adoção não pode ser realizada por meio de procuração, dependendo sempre de sentença judicial, ou seja, após o trânsito em julgado da decisão que concede a adoção, o estado de filiação se torna definitivo.⁶

No que concerne aos direitos das crianças e adolescentes no ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição Federal de 1988 conferiu especial atenção a esse público, uma vez que afastou a doutrina da situação irregular e reconheceu a doutrina da proteção integral, importante fundamento que designou as crianças e aos adolescentes o status de sujeitos de direito. Ainda, para regularizar e consolidar as normas da Carta Magna, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente, conjunto de regras e princípios que devem ser apreciados para garantir o desenvolvimento integral de todos ao longo da infância e adolescência.

A doutrina da proteção integral simbolizou um avanço em termos de proteção dos direitos fundamentais, pois durante a vigência da doutrina da situação irregular, crianças e adolescentes eram vistos apenas como objetos de intervenção dos adultos. Agora, crianças e adolescentes garantem com absoluta prioridade a juridicidade de seus direitos, sendo que a responsabilidade por assegurar o respeito a esses direitos foi diluída solidariamente entre a família, a sociedade e o Estado. Assim, prevê o art. 227 da CF:

⁴ AMIN, A. R. et al. Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, p. 348.

⁵ SILVA, Regina; MONTEIRO, Washington. Curso de direito civil, 2: direito de família. 43. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 518.

⁶ TEIXEIRA, Ana Carolina. Direito de família. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 274.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.⁷

Desse entendimento, constata-se que a Constituição Federal objetivou a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes em todos os setores e campos de atuação, aliás, passaram a serem conceituados como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, merecendo, portanto, as garantias essenciais que certifiquem um desenvolvimento digno e íntegro.

No cenário do direito infanto-juvenil, as regras e os princípios efetivam a doutrina da proteção integral, esta que é um reflexo do princípio da dignidade da pessoa humana para crianças e adolescentes. De acordo com o ECA, a prioridade absoluta, o melhor interesse e a municipalização são os três princípios gerais e condutores de todas as garantias das crianças e adolescentes no Brasil.⁸

O princípio da prioridade absoluta previsto no art. 4º do ECA, possui como inspiração o art. 227 da CF, que dispõe que as crianças e os adolescentes deverão ser tratados com prioridade na escala de preocupação da família, da sociedade e do Estado. Além disso, o parágrafo único do art. 4º do ECA descreve circunstâncias em que deve estar presente a prioridade absoluta, quais sejam: *“a prestação de socorro, a precedência de atendimentos em serviços públicos de relevância, a preferência na formulação e na execução das políticas públicas sociais e a destinação privilegiada de recursos públicos”*.⁹

Em síntese, o princípio constitucional da prioridade absoluta propôs um olhar com mais cautela aos interesses das crianças e adolescentes no país, assim, são imprescindíveis respostas mais céleres que protejam com primazia a materialização dos direitos fundamentais elencados.

⁷ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 set. 2021.

⁸ AMIN, A. R. et al. Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, p. 68.

⁹ ROSSATO, Luciano; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério. Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069/90 – comentado artigo por artigo. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021, p. 40.

Consagrado pela Declaração Universal dos Direitos da Criança¹⁰ em 1959, o princípio do melhor interesse busca proteger a criança e o adolescente no que tange aos direitos fundamentais determinados na Constituição Federal e no ECA e, garantindo-lhes um futuro seguro e mais protegido. Trata-se de um princípio orientador tanto para o legislador quanto para o juiz, pois deverão considerar os aspectos objetivos em questão, abstendo-se dos subjetivos, e cuidando para que as crianças contem com um maior número de alternativas que lhes resguardem à vida.

Além disso, o princípio em questão também determina que os interesses das crianças e dos adolescentes devem ser tratados com prioridade pelo Estado, sociedade, e família, assim, diante de confrontos que envolvam os direitos desta população, busca-se atender as necessidades e adequar o que será melhor para o indivíduo diante do caso concreto. Sobre o tema, Amin explica o seguinte:

Na análise do caso concreto, acima de todas as circunstâncias fáticas e jurídicas, deve pairar o princípio do interesse superior, como garantidor do respeito aos direitos fundamentais titularizados por crianças e jovens. Ou seja, atenderá o referido princípio toda e qualquer decisão que primar pelo resguardo amplo dos direitos fundamentais, sem subjetivismo do intérprete. Interesse superior ou melhor interesse não é o que o julgador ou aplicador da lei entende o que é melhor, mas sim o que objetivamente atende à sua dignidade como pessoa em desenvolvimento, aos seus direitos fundamentais em maior grau possível. À guisa de exemplo, vamos pensar em uma criança que está em risco, vivendo pelas ruas de uma grande cidade, dormindo ao relento, consumindo drogas, sujeita a todo tipo de violência. Acolhê-la e retirá-la das ruas, mesmo contra sua vontade imediata, é atender ao princípio do superior interesse.¹¹

À vista disso, crianças e adolescentes estão no ponto central de todo conflito jurídico, logo, a concretização do princípio do melhor interesse é fundamental para os procedimentos de adoção no país, pois é necessário observar o bem-estar da criança ou adolescente, bem como certificar que o processo de adoção apresentará vantagens e benefícios ao adotado.

Por fim, o princípio da municipalização possui como finalidade facilitar o atendimento de crianças e adolescentes no âmbito municipal. Para efetivar os direitos determinados na doutrina da proteção integral, a Constituição Federal descentralizou e ampliou a política

¹⁰ Documento internacional que ampara os direitos da criança.

¹¹ AMIN, A. R. et al. Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, p.78.

assistencial. Neste passo, o ECA determinou expressamente em seu art. 88, inciso I, a municipalização da política de atendimentos.¹²

O princípio em questão é fundamental para garantir a execução das políticas de atendimento à criança, pois parte-se do princípio de que este ente público está mais próximo da realidade vivida pela criança e, portanto, possui uma responsabilidade mais direta sobre a mesma.

Não obstante a regra geral da municipalização, os entes públicos são solidariamente responsáveis pela defesa dos direitos fundamentais. Assim, o art. 100, parágrafo único, inciso III, do ECA, determina:

III - responsabilidade primária e solidária do poder público: a plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e a adolescentes por esta Lei e pela Constituição Federal, salvo nos casos por esta expressamente ressalvados, é de responsabilidade primária e solidária das 3 (três) esferas de governo, sem prejuízo da municipalização do atendimento e da possibilidade da execução de programas por entidades não governamentais.¹³

Dessa forma, percebe-se que uma das principais funções do princípio da municipalização é facilitar os programas assistenciais, visto que os Municípios são essenciais para constatar as necessidades das crianças e dos adolescentes, além de assegurar e aplicar a doutrina da proteção integral, sem qualquer prejuízo da responsabilidade solidária dos Estados e da União.

Os princípios norteadores da adoção nacional são frutos de frequentes movimentos sociais e construções históricas projetadas de acordo com as imposições e necessidades que decorrem do convívio em sociedade. Nesse cenário, os princípios atuais estão bem direcionados em termos de proteção e aplicação da doutrina da proteção integral. Por fim, ressalta-se que apesar da família, estado e sociedade possuírem papéis distintos no meio social, em relação ao instituto da adoção, a atribuição será sempre a mesma, qual seja, amparar e proteger a criança de uma forma total, sendo todos estes entes referenciados, corresponsáveis pela futura formação do ser adotado.

¹² BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 05 out.2021.

¹³ BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 06 out.2021.

3. Adoção Internacional

Adoção internacional é o instituto jurídico de ordem pública que tem por objetivo conferir a uma criança ou adolescente a possibilidade de fazer parte de uma família substituta residente no estrangeiro. Assim sendo, o tema é essencial para o acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil, fortalecendo o desenvolvimento da proteção integral na medida em que seus direitos fundamentais são garantidos e viabilizando o princípio do melhor interesse ao determinar o seu possível destino. Ainda, a medida é regida pelo ECA e pela Convenção de Haia Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, sendo estes instrumentos essenciais para um procedimento justo e que resguarde todas as formalidades necessárias para o seu deferimento.

A adoção internacional é um tema complexo e polêmico, havendo muita preocupação por parte dos indivíduos envolvidos na questão social. Em outras palavras, a medida é combatida por muitos sob o discurso de que pode facilitar as irregularidades e os desvios de finalidade em relação ao escopo real da adoção. Na verdade, tais oposições não devem ser acolhidas pois é tão sério o cuidado brasileiro que tipificou como criminosa a conduta que encaminha crianças e adolescentes ao exterior, sem o devido cumprimento dos requisitos legais. Nesse sentido, não há razões para obstar o procedimento de candidatos estrangeiros que visam proporcionar carinho, afeto e amor às crianças e adolescentes do Brasil.¹⁴

Verifica-se que o legislador reservou uma função subsidiária a adoção de crianças e adolescentes por pessoas ou casais estrangeiros. À vista disso, o artigo 31 do ECA leciona que *“a colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção”*¹⁵, ou seja, é incabível a guarda ou tutela por famílias que moram no estrangeiro, bem como que a adoção internacional só será deferida quando esgotadas todas as hipóteses de colocação da criança ou adolescente em família brasileira.¹⁶ Sobre as particularidades do assunto, Paulo Nader dispõe o seguinte:

¹⁴ NADER, Paulo. Curso de direito civil: direito de família. v.5. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 379.

¹⁵ BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 06 out.2021.

¹⁶ NUCCI, Guilherme. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. Rio de Janeiro: Forense, 2021, p. 147.

A adoção internacional de criança ou adolescente é medida excepcional em nosso ordenamento, admitida apenas para a hipótese em que ficar provado: a) que a colocação em família substituta é a solução indicada para o caso concreto; b) não ser possível a colocação da criança ou adolescente em família substituta brasileira; c) em se tratando de adolescente, que este se encontra preparado para a adoção, à vista de parecer formulado por equipe interprofissional após a oitiva do menor e de sua anuência perante o juiz.¹⁷

Além disso, vale destacar que em função da ordem de preferência, os brasileiros residentes no exterior possuem prioridade em relação aos adotantes estrangeiros. Nesse sentido, o caráter excepcional da adoção internacional visa preservar a identidade e os elos culturais das crianças e adolescentes, todavia, acima dos valores culturais, o melhor interesse da criança deve prevalecer, devendo sempre ponderar toda circunstância que circunda o caso concreto.

O instituto da adoção internacional é envolvido por uma série de procedimentos e requisitos que são essenciais para a garantia do desenvolvimento integral e defesa do princípio do melhor interesse. Assim, nos termos do artigo 52 do ECA, o procedimento se inicia com a fase de habilitação, onde a pessoa ou casal postulante deverá formular o pedido junto à autoridade central de seu país. Para o regular credenciamento, cada Estado terá que manter uma autoridade central, por exemplo, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça foi designada como autoridade central federal, já no âmbito dos Estados-membros e do Distrito Federal, as Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção (CEJAS) ficaram com essa missão.¹⁸

Caso os postulantes estejam habilitados e aptos para adotar, a autoridade central emitirá um relatório de informações sobre o estrangeiro que será encaminhado a autoridade estadual do Brasil. De acordo com o artigo 52, inciso II do ECA, o relatório deverá conter informações sobre a identidade, a capacidade jurídica e adequação para adotar, sua situação pessoal, familiar e médica, seu meio social, os motivos que os animam e sua aptidão para assumir uma adoção internacional. Além disso, o inciso IV do mesmo artigo determina que o

¹⁷ NADER, Paulo. Curso de direito civil: direito de família. v.5. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 380.

¹⁸ AMIN, A. R. et al. Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, p.426.

referido relatório deverá ser instruído com toda a documentação necessária, incluindo estudo psicossocial e cópia autenticada da legislação com vigência provada.¹⁹

Constatada a compatibilidade da legislação estrangeira com a nacional e preenchidos os requisitos objetivos e subjetivos, será emitido laudo de habilitação com validade de 1 (um) ano aos postulantes da adoção de criança brasileira. Por conseguinte, o interessado está autorizado a solicitar a adoção perante à Vara da Infância e Juventude do local em que se encontra a criança ou adolescente.

Após o legítimo trâmite da adoção internacional, passa-se a fase do estágio de convivência, no qual os postulantes devem comparecer ao Brasil para cumprir um período obrigatório de integração com a criança ou adolescente. Esse estágio de convivência visa estabelecer uma ligação inicial entre o adotante e adotado, a fim de que a relação se desenvolva de forma harmônica e afetiva. Sobre o assunto, o autor Rolf Madaleno dispõe o seguinte:

Em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do País, o estágio de convivência, cumprido no território nacional, será de, no mínimo, 30 (trinta) dias e, no máximo, de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por até igual período, uma única vez, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária. O estágio de convivência respeita a um período pelo qual a posse da criança ou o adolescente a ser adotado é mantida com o pretendente à adoção ou com o casal candidato à adoção para efeitos de adaptação. Na prática o adotando fica sob a responsabilidade do adotante, em uma custódia precária, monitorado por uma equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, encarregada de apresentar um relatório minucioso acerca da conveniência do deferimento da medida (ECA, art. 46, § 4º).²⁰

Por efeito, o período de convivência determinado pelo juiz certifica se os postulantes estão preparados ou não para adotar uma criança e atender todas as suas necessidades. Além disso, por ser cumprido em território nacional, o estágio de convivência enfraquece os desvios de finalidade, permitindo um melhor monitoramento dessa união pela equipe interprofissional que terá melhores meios de avaliar a conduta dos adotantes, caso estes,

¹⁹ BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 17 out.2021.

²⁰ MADALENO, Rolf. Direito de Família. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021, p. 722.

possuam objetivos diversos da finalidade primordial da adoção que é atender o melhor interesse e garantir os princípios fundamentais.

Finalizado o estágio de convivência e constatada a compatibilidade entre o adotante e adotado, será prolatada a sentença declaratória e constitutiva da adoção internacional. É por meio desta sentença que ocorre a extinção do poder familiar e a formação do novo vínculo de maternidade e/ou paternidade. Vale ressaltar que, de acordo com o art. 52, § 8º do ECA, a saída do adotado para o território estrangeiro só será permitida após o trânsito em julgado da sentença que deferiu a adoção.²¹ Nestes termos, o cuidado imposto pelo dispositivo é justo, pois sem o regular trâmite do processo, a saída do menor torna-se perigosa, sendo difícil trazer a criança ou o adolescente de volta, caso ocorra alguma irregularidade.

O deferimento da adoção internacional não descarta o controle do poder público, pois poderão a qualquer momento requerer informações sobre a situação do adotado. Além disso, no pós-adoção, os organismos credenciados deverão encaminhar um relatório semestral da criança ou adolescente à Autoridade Central Estadual, durante o período mínimo de 2 (dois) anos. Em face desse relatório, é possível conferir o estado do adotado; se algo deu errado, a autoridade brasileira pode demandar soluções e até mesmo dificultar novas adoções naquele país internacional.²²

Para finalizar os aspectos que envolvem o procedimento da adoção internacional, vale destacar que sendo o Brasil o país de acolhida, os postulantes também deverão providenciar a sua habilitação perante a autoridade central estadual, que processará o pedido e informará a autoridade central do país de origem. É possível realizar a adoção em países signatários ou não da Convenção de Haia, a única ressalva é de que caso o país não seja signatário, a resolução do processo deverá ser homologada pelo Superior Tribunal de Justiça para que tenha validade.²³

Entendido o procedimento da adoção internacional, passa-se ao próximo item que é a análise do Sistema Nacional de Adoção (SNA); criado em 2019, sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o SNA é uma base de dados que unifica informações sobre

²¹ BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 23 out.2021.

²² NUCCI, Guilherme. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. Rio de Janeiro: Forense, 2021, p. 257

²³ ROSSATO, Luciano; LÉPORE, Paulo; CUNHA, Rogério. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n. 8.069/90 – comentado artigo por artigo. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, p. 243.

a adoção, acolhimento familiar e institucional, pretendentes nacionais e estrangeiros habilitados, e outras formas de inserção das crianças ou adolescentes em famílias substitutas.

No que diz respeito a adoção, a convocação do postulante inscrito no SNA será feita de acordo com a ordem cronológica de habilitação e conforme a disponibilidade de crianças ou adolescentes. A finalidade do sistema é justamente conferir mais celeridade e transparência ao procedimento da adoção, criando o elo necessário entre adotantes e crianças que esperam por uma família em abrigos.²⁴ Quanto ao relatório, os dados demonstram uma certa incongruência, pois enquanto o número de pretendentes gira em torno de 32.848, o número de crianças e adolescentes é de apenas 4.255, isto ocorre principalmente por causa das exigências que os pretendentes colocam quanto ao gênero, idade, etnia e saúde da criança.

Sobre às famílias estrangeiras, é forçoso reconhecer seu perfil menos exigente. Talvez por um traço personalíssimo mais prático, os postulantes costumam aceitar grupos de irmãos, pré-adolescentes e adolescentes, crianças com problemas de saúde e de qualquer etnia, ou seja, possuem uma maior abertura quanto as características das crianças. Mesmo que esta realidade esteja se alterando, pois atualmente o cadastro possui apenas 32 postulantes aptos e habilitados para a adoção internacional, o Estado deve incentivar o instituto, não enfraquecendo e colocando barreiras aqueles que desejam garantir uma relação saudável, amparada pelos direitos fundamentais. De acordo com Rolf Madaleno:

Não existem razões para o preconceito da adoção internacional, quando prevalece o princípio dos melhores interesses da criança ou do adolescente, e no confronto desses interesses deve ter maior peso a possibilidade de inseri-lo em lar substituto, convivendo com família nacional ou estrangeira, porque o amor é universal, e usufruindo o adotado de afeto e de carinho parental, com acesso às oportunidades ímpares de integral formação e educação.²⁵

Diante do exposto, a adoção internacional reveste-se sobremaneira de um caráter sério, onde as particularidades burocráticas e os entraves dificultam qualquer tentativa de burlar o sistema. De todo modo, apesar da extensa rede de proteção à criança e ao

²⁴ TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina. Fundamentos do direito civil: direito de família. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021, p. 281.

²⁵ MADALENO, Rolf. Direito de Família. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021, p. 720.

adolescente, ainda assim poderá advir alguma margem para a dúvida ou falsidade de intenção sobre a adoção, desviando a finalidade a que ela se presta e ferindo os direitos da criança e do adolescente, como pode-se observar nas adoções para fins de tráfico internacional.

4. O tráfico internacional e suas medidas de combate

O tráfico internacional é uma prática ilícita que continua exercendo um alto comércio na sociedade, sobretudo, no cenário que envolve crianças e adolescentes. Este crime se vale principalmente das fragilidades sociais, imiscuindo-se entre famílias desprotegidas financeiramente para, a partir de então, conduzir crianças e adolescentes a um futuro incerto. Além disso, há indícios de que esta prática utilizava a adoção internacional para possibilitar o tráfico humano, ou seja, lesionavam o procedimento formal da adoção para atingir o fim desejado.

Conseqüentemente e conforme mencionado anteriormente, a adoção internacional não conta com a unânime aprovação da população e comunidade jurídica, posto que exige muita cautela e atenção por parte das autoridades e do judiciário brasileiro. Para uma melhor elucidação dos fundamentos, Carlos Roberto Gonçalves destaca o seguinte:

A adoção por estrangeiro residente ou domiciliado fora do País tem despertado polêmicas, sendo combatida por muitos sob a alegação de que pode conduzir ao tráfico de menores ou se prestar à corrupção, bem como que se torna difícil o acompanhamento dos menores que passam a residir no exterior.²⁶

No Brasil, esse tema é composto por questões mais frágeis, visto que o alto índice de desigualdade social da população brasileira atrai indiretamente os grupos criminosos que, em busca de lucro, violam o conjunto normativo do país e delimitam os direitos das crianças e adolescentes. Nesse sentido, nota-se que a vulnerabilidade dos indivíduos facilita as redes de tráficos, tornando essa infração uma adversidade que deve ser combatida em todas as esferas e níveis de atuação.

²⁶ GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil: direito de família. v.6. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021, p. 160.

Dito isto, o tráfico internacional pode ser conceituado como a transferência ilícita de crianças ou adolescentes para um país localizado no exterior, mediante o recebimento de uma prestação pecuniária que, nesse contexto, servirá como contribuição pela adoção. Em relação à proteção internacional, o Brasil promulgou por meio do Decreto nº 5.017/2004, o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, também conhecido como Protocolo de Palermo, que destaca em seu artigo 3º o seguinte conceito:

A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.²⁷

Neste liame, o tráfico internacional de crianças e adolescentes é uma das mais graves violações de direitos humanos que existe, sendo marcada por diversas finalidades que vai desde a prostituição até a venda de órgãos. Assim, por ser um tema que compreende o interesse da criança, adolescente, família, sociedade e poder público, tornou-se necessário medidas de combate e enfrentamento ao tráfico internacional.

Primeiramente, vale ressaltar que o princípio da excepcionalidade é uma diretriz adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro que busca combater o tráfico internacional e outros abusos que violam os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes. Por causa desse princípio, a adoção internacional é tratada de forma subsidiária, evitando, assim, a abertura de precedentes para o tráfico internacional. É pertinente lembrar que tal irregularidade também pode ocorrer na adoção nacional, exigindo, portanto, as mesmas cautelas e cuidados.

²⁷ BRASIL. Decreto n. 5.017, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm>. Acesso em: 07 nov. 2021.

Buscando garantir a doutrina da proteção integral e o princípio do melhor interesse, o ECA estabeleceu em seu art. 239 uma pena de reclusão de quatro a seis anos, e multa, para quem “*promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro*”.²⁸ Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude, a punição passa a ter uma pena de reclusão de seis a oito anos, além da correspondente à violência. Nesse sentido, fica claro a preocupação do legislador em combater e punir aqueles que visam fraudar as medidas legais e promover a ação criminosa do tráfico internacional.

A Convenção de Haia Relativa a Proteção de Menores e Cooperação em matéria de Adoção Internacional visa resguardar e proteger as crianças e adolescentes dos riscos inerentes a adoção irregular, garantindo que a adoção internacional seja realizada de acordo com o interesse superior da criança e operando de forma preventiva ao instaurar o sistema de cooperação entre os Estados para evitar o sequestro, a venda ou tráfico de crianças.²⁹ A Convenção de Haia introduziu a cooperação entre os membros para desviar qualquer ação criminosa que envolva a adoção, garantindo, com isso, transparência no procedimento.

Promulgada através do Decreto Lei nº 99.710 de 21 de novembro de 1990, a Convenção sobre os Direitos da Criança assegurou direitos universais ao público infanto-juvenil, bem como em conformidade com o artigo 35, determinou aos Estados Partes a instauração de “*todas as medidas de caráter nacional, bilateral e multilateral que sejam necessárias para impedir o sequestro, a venda ou o tráfico de crianças para qualquer fim ou sob qualquer forma*”.³⁰

Outro importante mecanismo é a Convenção Interamericana sobre o Tráfico Internacional de Menores, instituída na cidade do México e promulgada no Brasil através do Decreto nº 2.740, de 20 de agosto de 1998, o instrumento estabeleceu medidas para controlar e penalizar o tráfico internacional nos aspectos civis e penais, objetivando a garantia dos direitos fundamentais e do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

²⁸ BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 07 nov.2021.

²⁹ BRASIL. Decreto n. 3.087, de 21 de junho de 1999. Promulga a Convenção Relativa à Proteção e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída na Haia, em 29 de maio de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3087.htm>. Acesso em: 08 nov. 2021.

³⁰ BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm>. Acesso em: 14 nov. 2021.

A Convenção conceituou o tráfico internacional de criança ou adolescente como a subtração, transferência, retenção, e até mesmo a tentativa de subtração destes indivíduos para fins ilícitos como a prostituição, exploração sexual ou servidão. Assim, em respeito aos direitos da criança e do adolescente, determinou em seu primeiro artigo as seguintes obrigações aos Estados Partes:

a) garantir a proteção do menor, levando em consideração os seus interesses superiores; b) instituir entre os Estados Partes um sistema de cooperação jurídica que consagre a prevenção e a sanção do tráfico internacional de menores, bem como a adoção das disposições jurídicas e administrativas sobre a referida matéria com essa finalidade; c) assegurar a pronta restituição do menor vítima do tráfico internacional ao Estado onde tem residência habitual, levando em conta os interesses superiores do menor.³¹

À vista disso, a Convenção Interamericana surgiu intensificando o mecanismo de cooperação entre os Estados, com as devidas disposições jurídicas e administrativas para coibir o crime, bem como determinou aos países signatários o compromisso de obter todos os indícios necessários para o bom andamento da Convenção, devendo assim, proporcionar todo auxílio e amparo para atingir o objetivo final que é proteger os direitos das crianças e reprimir o tráfico internacional.

O ordenamento jurídico brasileiro também aderiu a política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, importante dispositivo que estabelece princípios, diretrizes, ações de prevenção e apoio às vítimas do tráfico. A política nacional implementada através do Decreto nº 5.948/06, estruturou ações para resguardar os direitos humanos e iniciou o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas com demandas e propósitos precisos. Essa ideia foi atribuída aos órgãos públicos federais, organizações não-governamentais, organizações internacionais, conjugando políticas para garantir as três esferas traçadas pela política nacional, quais sejam: prevenção ao tráfico, atenção as vítimas e responsabilização dos agentes.³²

³¹ BRASIL. Decreto nº 2.740, de 20 de agosto de 1998. Promulga a Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores, assinada na cidade do México em 18 de março de 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2740.htm>. Acesso em: 10 nov. 2021.

³² BRASIL. Decreto n. 5.948, de 26 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5948.htm>. Acesso em: 15 nov. 2021.

No dia 07 de outubro de 2016 foi publicada a Lei nº 13.344 que ampliou a rede de proteção ao revogar os artigos 231 e 231-A do Código Penal e aprimorou o enfrentamento ao tráfico de pessoas. Anteriormente o dispositivo era mais genérico, pois destinava-se exclusivamente à exploração sexual, não contemplando as demais finalidades que, porventura, podem ocorrer. Somente com o advento da nova legislação, o crime passou a abranger os demais tipos de exploração que o tráfico pode ter como fim. Nesse sentido o art. 149-A da referida lei determinou o seguinte:

Art. 149-A. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de: I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo; II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo; III - submetê-la a qualquer tipo de servidão; IV - adoção ilegal; ou V - exploração sexual.³³

A legislação estipulou pena de reclusão de quatro a oito anos, e multa, para quem promover o tráfico de pessoas. Além disso, determinou causas de aumento de pena, sendo importante destacar o inciso II que se refere às crianças e adolescentes, e o inciso IV quando a pessoa é retirada do território nacional.³⁴

Diante do exposto, percebe-se que a legislação brasileira está bem estruturada em termos de medidas necessárias ao combate do tráfico interno e internacional de crianças e adolescentes, sendo essas essenciais para a diminuição e prevenção da prática criminosa. Mormente, no que tange aos mecanismos de proteção, cautelas e resguardo, ainda assim, é preciso fiscalização abrangente de todo o processo, afim de que, os possíveis erros sejam prontamente sanados ao longo do processo.

5. Considerações finais

³³ BRASIL. Lei nº 13.344, de 06 de outubro de 2016. Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13344.htm>. Acesso em 15 nov. 2021.

³⁴ BITENCOURT, Cezar. Código penal comentado. 10. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, p. 627.

O presente estudo teve como principal objetivo a análise da adoção internacional e do tráfico internacional de crianças e adolescentes, sendo que este último foi especialmente explorado a partir da finalidade adoção ilegal. Ao longo da pesquisa, constatou-se que a adoção internacional é concretizada por uma série de procedimentos e formalidades impostas pela lei, já o tráfico internacional é uma modalidade criminosa de circulação de crianças e adolescentes que afeta a sociedade e, principalmente a quem é vítima.

Com as mudanças introduzidas pela Constituição Federal e pelo ECA, crianças e adolescentes puderam desfrutar de amplos direitos e garantias. As normas jurídicas em vigência trouxeram segurança jurídica ao procedimento da adoção, com direitos e deveres condizentes a realidade e necessidade de todos. Em relação a doutrina da proteção integral e os princípios que norteiam o estatuto, confirmou-se a hipótese de que as diretrizes de tal instituto são a base onde se assentou a adoção.

A adoção internacional é uma nova chance a todas crianças e adolescentes que estão à espera de uma nova família. Apesar das baixas estatísticas, a medida deve ser sim incentivada, respeitando o interesse da criança e do adolescente e observando os requisitos legais, a modalidade de adoção alcançará seu objetivo colocando o novo ente familiar num novo lar, distante de seu pais nativo, é verdade, mas preenchendo uma lacuna que, caso não houvesse a possibilidade acima elencada, frustraria uma adoção.

Com o estudo do tráfico internacional, constatou-se que em virtude do grande número de crianças abandonadas ou em condições de extrema carência e vulnerabilidade, estas passaram a serem exploradas pelo mercado do tráfico cujas finalidades podem variar. Em relação a adoção ilegal concretizada pelo tráfico, precisa de combate incessante pelas autoridades competentes que, deverão estar em alerta para que essa modalidade de crime não se apodere do Estado.

O ordenamento jurídico brasileiro é bastante criterioso quanto à adoção na medida em que adota as convenções internacionais relacionadas ao problema, estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente a fim de que esta seja amparada, ao mesmo tempo em que dificulta a criação de brechas que facilitem o tráfico internacional. Quanto ao comércio humano de crianças e adolescente, é preciso dizer que esta exploração destrói famílias e seres humanos em condições fragilizadas, tornando de suma importância o presente estudo para que num futuro próximo tenha-se como desfecho o fim deste ignominioso comércio.

6. Referências

AMIN, A. R. et al. Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

BITENCOURT, Cezar. Código penal comentado. 10. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, p. 627.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL. Decreto 2.740, de 20 de agosto de 1998. Promulga a Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores, assinada na cidade do México em 18 de março de 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2740.htm>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. Decreto n. 3.087, de 21 de junho de 1999. Promulga a Convenção Relativa à Proteção e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída na Haia, em 29 de maio de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3087.htm>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Decreto n. 5.017, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm>. Acesso em: 07 nov. 2021.

BRASIL. Decreto n. 5.948, de 26 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5948.htm>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm>. Acesso em: 14 nov. 2021.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 05 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.344, de 06 de outubro de 2016. Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei

nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/l13344.htm>. Acesso em 15 nov. 2021.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA, Rodolfo. Novo curso de direito civil, volume 6: direito de família. 10. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil: direito de família. v.6. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

MADALENO, Rolf. Direito de Família. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

NADER, Paulo. Curso de direito civil: direito de família. v.5. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

NUCCI, Guilherme. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021, p. 147.

PEREIRA, Caio. Instituições de direito civil: direito de família. vol v. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

RIZZARDO, Arnaldo. Direito de família. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

ROSSATO, Luciano; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério. Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069/90 – comentado artigo por artigo. 12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil: direito de família - v. 5. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina. Fundamentos do direito civil: direito de família. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.